

# LETRAS E LETRADOS 5

*O Dia – 28 de julho de 1937.*

Harold J. Laski – EL ESTADO EN LA TEORIA Y EN LA PRACTICA  
(The State in theory and practice) – Editorial Revista de Derecho Privado

Certa vez, viajando em companhia de um amigo à catedral de Amiens, Heino, interrogado sobre a capacidade do homem dos nossos dias para construir uma tal maravilha de arte e arrojo arquitetônico, respondeu:

“– Meu amigo: naqueles tempos, os homens eram dominados por convicções; nós, homens modernos, apenas possuímos opiniões; e é preciso algo mais que opiniões para se construir uma catedral gótica”.

Essa índole do espírito é produto da democracia, no sentido em que hoje empregamos a palavra. O homem, pesando pelo número, atuando como partícula de um todo, coletivamente possui grau zero. A sua expressão não chega a ser personalíssima. Rousseau individualizando a vida e Marx desindividualizando-a caíram em um erro de que Augusto Comte soube abster-se e fugir, criando racionalmente, pela fé, um espírito ativo, orientador e religioso. A concepção comtiana leva uma vantagem incontestável sobre o pensamento de Rousseau e de Marx, integrando, na forma de toda moderna filosofia, o homem no meio social em que vive, como um ser em continuada integração orgânica e física. Dos extremos de interpretação

a que chegaram, em seus arrazoados científicos, Rousseau e Marx, saiu essa democracia “tipo” tal como atualmente a conhecemos. Individual, agnóstica, intransigente, apolítica no seu politicismo absurdo do voto e patrocínio da opinião.

A filosofia dos nossos dias, com Henri Bergson à frente, seguido de Herman Schell, Max Scheller, os românticos Spengler, Keyserling e Berdiaeff, luta no intuito de afirmar um sentido para a democracia. Isto porque a democracia, após atravessar os seus períodos de estesia pura passando por Atenas, Roma ou Tebas, perdeu o velhíssimo sentido coletivo de acordo entre os homens para a realização de fins religiosos elevados para tornar-se, no contato com as idéias diretoras da idade média, síntese do mito ontológico “vontade geral”. E a natureza da democracia moderna não é outra.

Quando, porém, aos poucos, impulsionado pelas necessidades imediatas da existência, vamos sentindo o peso de uma realidade diferente, isto com a predominância de um novo período autônomo da história do pensamento, o velho mito desaparece e surge o mito mais condizente com a situação do homem em face dos fatos cotidianos. Todo mito surge como uma tentativa de valorização intensiva da vida. E ao Estado cabe, como coordenador dos elementos intrínsecos vitais da sociedade, realizar uma mitologia política que se vai criando, na razão indireta das inquietantes angústias universais. O conceito de justiça não foge a essa tendência valorativa, nascida nas horas terríveis de expectativa e aflição.

O livro do professor de ciência política da Universidade de Londres traduz em nós, logo à primeira vista, esse sentimento de ânsia, provocado nos momentos das grandes crises sociais. Kelsen, quiçá o maior técnico em matéria de teoria do Estado, esqueceu esse ponto, abandonando quase por completo o aspecto político da questão, para, em detrimento da realidade, acreditar no Estado como fenômeno jurídico essencial. É um erro. O Estado, bem antes de realizar fins de ordem jurídica, é uma organização de determinantes políticas coativas imanentes da própria realidade que o gerou. O Estado existe para promover a boa vida, como dizia Aristóteles em meio à luz da Grécia. Nesse “boa vida” está o valor político do Estado. O bem-estar do cidadão, seja de conformidade com essa ordem política ou de conformidade com

aquela outra ordem jurídica, seja fascista, soviética, liberal ou que forma tenha ou venha a ter, porque o que menos importa é a fisionomia que adquira no interregno das grandes pugnas políticas de afirmação idealista. Platão não observara no Estado o organismo amorfo, observava tão-somente os fins necessários à existência legal e justa da sua cidade. Para Hobbes, o fenômeno já muda de figura. Para o velho inglês pragmatista, o Estado não passa de função civilizadora essencial. O conceito de Hobbes é bastante medievalista, tal como o do moderno Berdiaeff, que chega a reconhecer no Estado um fenômeno divino de revelação. Já Hegel, o inspirador de Karl Marx e do outro socialista, Engels; Hegel, o mestre do mesmo Berdiaeff, acredita ser o Estado uma idéia divina, na forma e na essência.

Harold Laski, não obstante o seu profundo conhecimento da ciência do direito, não conseguiu criar uma pura concepção jurídica de Estado. Ficou em abstrações doutrinárias, sem outro atrativo que não o da forma sistemática com que expõe e defende princípios pessoais de política jurídica. Não é propriamente um técnico. Quando aponta erros, esses erros são funcionais e não orgânicos, são erros de forma, não de meio de ativação dos elementos estatais. Além disso, na matéria, é dono de um defeito substancial, é inglês. Isto porque, em face de tantas e tão grandes transformações no domínio do pensamento político, não pode deixar de ser um intransigente conservador e, além do mais, um perfeito acadêmico.

Vejamos: para Laski, o Estado não é mais que um simples mantenedor de preceitos legais dentro de determinadas fronteiras. Ora, vamos dizer e com franqueza. Estado não é somente isso, é muito mais, não só como elemento de ordem, mas como elemento institucional. Para Laski, o Estado não passa de um guardião da propriedade pública ou privada, de polícia em todos os seus momentos de vida.

Tristão da Cunha – HISTÓRIAS DO BEM E DO MAL –  
Edição da Sociedade Felipe de Oliveira

O sr. Tristão da Cunha já teve a fama entre nós de grande estilista. E não sem razão. Desde o seu livro de crítica e estética “Coisas do Tempo”, até esse “Histórias

do Bem e do Mal”, a trilha que vem seguindo é de uma profunda honestidade para com a língua. Procura sempre não relaxar, manter o estilo, cuidando da forma da melhor maneira possível. Em pouco tempo, conseguiu os louvores da opinião do sr. Tristão de Athayde, o que não é nada fácil.

Os trabalhos desse seu último livro são todos leves, não obstante o cuidado que teve o sr. Tristão da Cunha em confeccioná-los. “As surpresas de Robespierre” traduz forte e são humorismo aliado a uma faculdade esplêndida de observação.

Iniciando a sua vida de escritor como poeta, essas páginas de “Histórias do Bem e do Mal” ainda guardam muito daquele sabor poético dos velhos tempos da “Torre de Marfim”. Isso não bastasse, então teríamos para louvar ao sr. Tristão da Cunha aquela maravilhosa tradução da tragédia do Hamlet de Shakespeare. Modesto, sem grande propaganda e pouco amigo da crítica, o sr. Tristão da Cunha é dos poucos homens de espírito do Brasil que se caracteriza por si próprio.

Madres Francisca Peeters e Maria Augusta de Cooman (religiosas de Santo André)  
EDUCAÇÃO (História da Pedagogia) – Comp. Melhoramentos de S. Paulo

A escolástica traz dessas coisas notáveis. O livro publicado por essas duas religiosas, por certo na penumbra e quietude de um claustro silencioso, tem o cunho dos trabalhos fielmente orientados. Quem por acaso lê esse pequenino tomo sente, logo de início, a firmeza com que foi escrito. O prefácio do prof. Lúcio José dos Santos, à primeira vista exagerado, parece-nos, logo depois, até insignificante em adjetivos para qualificar um trabalho de tanto vulto cultural.

Pode estar certo o leitor que é muito raro encontrar-se, no desalinhamento de nossas bibliotecas, um livro que em matéria de história do senso literário, de simplicidade expositiva se iguale a esse das madres Francisca Peeters e Maria Augusta. Falo com profunda isenção de ânimo, sem me deixar levar por qualquer entusiasmo literário, que é o que aqui não há.

Os tomos de história sofrem de um mal inicial: a falta de orientação. O indivíduo que muitas vezes se encarrega de um trabalho destes não possui sólidas determinantes

intelectuais. É preciso, para tal estudo, uma possível interdependência mental, só conseguível em gente de ordens religiosas tal qual essas estudiosas de Santo André.

Até há pouco tempo, o fenômeno educação era facilmente caracterizável. O pensamento diretor era o mesmo, aqui no Brasil, na África, Europa ou América do Norte. Mas o profundo vácuo produzido pela Grande Guerra trouxe inesperadamente a ruptura na continuidade desse pensamento diretor. E também, pouco e pouco, com o assombro dos velhos pensadores liberais, cada povo, ao lado de uma consciência política das suas realidades, foi *pari passu* formando uma cultura política especial e própria. Os exemplos são retumbantes. Vejamos a educação alemã moderna que diferença não tem da era bismarkiana ou da de Hindenburg. A teoria racista transformou de baixo para cima toda idéia básica fundamental. A técnica da pedagogia atual da Alemanha nós vamos certamente buscar em Froebel e Herbart, o espírito dessa mesma pedagogia em Kant e Hegel, mas o pensamento que determina a ação na política hitleriana, há mais de cem anos prognosticada já por Hegel.

Sinto verdadeiramente o espaço ser tão pequeno para, sem detrimento da apreciação de outros trabalhos, examinar esse mais de perto, com mais minuciosidade, bem detalhadamente. Temos um dever, nós os consumidores de livros, que é o de bem aconselhar aos nossos leitores. E é o que fazemos com a mais integral disponibilidade intelectual.

Plínio Salgado – GEOGRAFIA SENTIMENTAL

Livraria José Olympio Editora

A significação sociológica desse trabalho avulta à primeira vista. Escrevendo “Geografia Sentimental”, não visou outra coisa o sr. Plínio Salgado que poder falar mais de perto à inteligência brasileira. Apesar de escrito em linguagem clara, leve, sem arabesco de forma de impressionar, não deixa de ser um trabalho profundo, um trabalho que, além de tocar o cérebro, toca ao coração e a

sensibilidade. É o que mais admira no sr. Plínio Salgado, é essa sinceridade de analisar o Brasil, de auscultar o palpitante da alma sofredora do brasileiro.

“Geografia Sentimental” não é bem um livro, é um documentário de emoções patrióticas esplêndidas. Livro desigual quando fala do Brasil, eloquente, revolucionário, quieto e manso, livro de panoramas sensíveis ao nosso espírito e à nossa crítica. “Geografia Sentimental” é um chamamento à inteligência, um apelo a todos os brasileiros que sabem ler, para entenderem nas noites claras de céu azul escuro, na beleza de nossas grandes estradas transcontinentais, no verde dos nossos mares, na agitação silenciosa ou bárbara do nosso povo, o destino profundo e nobre deste Brasil que é nosso.

Já não é de hoje a minha irrestrita admiração pelo pensamento claro do sr. Plínio Salgado. Em tempo e ocasião mais oportuna, já tentei definir a posição desse escritor transformado em político pelos imprevistos de um memorável movimento social. Situei-o entre os homens que estudam no Brasil, disse dele muitas coisas boas merecidas. E o último livro do sr. Plínio Salgado possui as páginas mais belas e sentidas que já tive oportunidade de ler a respeito de fatos e coisas de nossa terra, de fatos e coisas que sentimos e vivemos.